

1

2 **ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DOS**
3 **RIOS PIRAPÓ, PARANAPANEMA 3 E 4 – CBH PIRAPONEMA**

4

5 Ao décimo dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às quatorze horas (14h00), deu-
6 se início a 2ª Reunião Extraordinária do Comitê das Bacias do Rio Pirapó, Paranapanema
7 3 e Paranapanema 4 – CBH Pirapponema, realizada por videoconferência pela plataforma
8 Zoom, acesso pelo link: <https://us02web.zoom.us/j/83486096549> e transmitida ao vivo e
9 disponibilizada pelo YouTube no link: [https://youtube.com/live/9QdDT07pLDw?fea-](https://youtube.com/live/9QdDT07pLDw?feature=share)
10 [ture=share](https://youtube.com/live/9QdDT07pLDw?feature=share). Participaram os seguintes representantes do Comitê TITULARES: o Presidente
11 do órgão colegiado, SILVIO SILVESTRE BARCZSZ do Centro Universitário de Maringá -
12 Unicesumar; MARIA ANTÔNIA BARROS FREIRE SILVA e GLÁUCIA TAVARES PAES DE
13 ASSIS do Instituto Água e Terra; NAYELLEN MARQUES GHISI da SEED; PAULO RO-
14 BERTO MILAGRES do IDR-Paraná; JOE MASSAKI TOMOKUNI da Prefeitura Municipal de
15 Astorga; ADRIANO DAMASCENO SILVA da Prefeitura Municipal de Jaguapitã; GUI-
16 LHERME TORRECILLIA NATZEL Prefeitura Municipal de Marialva; ELOINE GOES MICA-
17 RELI da Prefeitura Municipal de Maringá; FLAVIO PATRÍCIO NETO da Prefeitura Muni-
18 cipal de Paranavaí; RUBENS MASAKI ONISHI da Prefeitura Municipal de Nova Londrina;
19 VITOR ALÉCIO SEVILHA GORZONI e JOSETE DE FÁTIMA DE SÁ da Sanepar; ULISSES
20 CANDIDO DA SILVA JUNIOR da Usina Alto Alegre; FABIO EDUARDO DE SOUZA ZAM-
21 PIERI da Usina Santa Terezinha -USACUCAR; CAROLINE DA ROCHA TONETTI da Coca
22 Cola FEMSA; ALEXANDRE MARTIN MARTINES da Vancouros; PEDRO LUIZ FUENTES
23 DIAS da ABRAPCH; SHIGUEMASSA IAMASAKI do Instituto Rotary de Meio Ambiente
24 (IRMA); SALVADOR CARVALHO DOS SANTOS da Olho d'Água em Defesa dos Manan-
25 ciais de Arapongas; CLAUDIA TELLES BENATTI da ABRHidro. SUPLENTES: NAYARA
26 BIAZUS MANGOLIN e MONIQUE SCHEINER SIMÃO do IAT; ANGÉLICA BATISTA NO-
27 GUEIRA do SEED; JOEL CARNEIRO DOS SANTOS FILHO – IDR/PR; ANDRE FINIS da
28 Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento; SERGIO BOBIG – Prefeitura Mu-
29 nicipal de Apucarana; ALEX GOMES DA SILVA da Prefeitura Municipal de Ângulo; BEA-
30 TRIZ SOARES BATISTA Prefeitura Municipal de Jandaia do Sul; NICOLÁS LOPARDO da
31 Sanepar; ANGÉLICA PELISSON FRANZIN do Sindicato Rural de Maringá; LARISSA BO-
32 TURA DA SILVA da Cooperativa Agroindustrial Nova Produtiva; CÉLIO CESAR REIS da

ATA da 2ª Reunião Extraordinária do CBH Piraponema

Usina Alto Alegre; MARCELO MINIKOWSKI da Usina Central do Paraná; JANETE DUARTE ROGOSKI do Instituto Rotary de Meio Ambiente; Lauro Kuchpil da GAIA Apucarana; HERMAM VARGAS SILVA da ABAS; Lais Ferrer Amorim de Oliveira da AEAM; LOURIVAL DOMINGOS ZAMUNER da UNINGÁ; Maria de los Angeles Perez Lizama da UniCesumar. Ainda estiveram presentes: DANIELLE TEIXEIRA TORTATO; ROSA VOLPATO; LUCINEIDE APARECIDA MARANHO e NATALY MAZURKIEVIZ TASCA do Instituto Água e Terra, Secretaria Executiva; Durante a **2ª Reunião extraordinária de 2025** do Comitê das Bacias dos Rios Pirapó, Paranapanema 3 e 4 (CBH Piraponema), Lucineide agradeceu a presença de todos e informou que havia quórum para a realização do encontro, o qual estava sendo gravado e transmitido ao vivo pelo YouTube. Solicitou também que os participantes abrissem suas câmeras para validação da reunião e abriu inscrições para manifestações nos Assuntos Gerais, com limite de cinco inscritos e três minutos de fala cada. Na sequência, Lucineide passou a palavra ao presidente do comitê, Silvio, que declarou aberta a reunião, agradeceu a presença dos membros e reforçou o compromisso com o comitê e confirmou a presença do Vitor segundo vice-presidente, e do Diretor de Eventos, Alexandre Martinez. Em seguida, a Lucineide fez os informes sobre os procedimentos da reunião, pedindo objetividade nas falas, uso do microfone apenas quando autorizado e respeito às orientações de organização. Silvio agradeceu os informes e compartilhou a tela com a pauta da convocação, listando os itens: **1. Abertura; 2. Substituição de representantes; 3. Aprovação da Ata da 47ª Reunião Ordinária; 4. Análise referente ao Ofício nº 05/2025 – GOUT/IAT; 5. Aprovação da Deliberação da proposição dos mecanismos da Cobrança pelo uso da água; 6. Assuntos Gerais; 7. Encerramento.** Logo após ele iniciou a discussão do segundo item da pauta: **2. Substituição de representantes.** Silvio informou que foram realizadas três substituições de representantes no Comitê. Pelo Instituto Água e Terra, Monique Schneider Simão substituiu Antônio Carlos Cavalheiro Monteiro e confirmou presença na reunião. Na Sanepar, Josete Fátima de Sá passou a ocupar a vaga de titular anteriormente ocupada por Arcioni Ferreira Constantino. Além disso, Nicolás assumiu como suplente, substituindo a própria Josete, que antes era suplente. Silvio declarou que os representantes titulares e suplentes foram devidamente empossados. **3. Aprovação da Ata da 47ª Reunião Ordinária.** Silvio explicou que, conforme o regimento, a ata havia sido previamente enviada aos membros com a convocação, por isso solicitou a dispensa de sua leitura. Questionou se a secretaria havia recebido sugestões ou contribuições por e-mail ou via chat, e Lucineide confirmou que não houve nenhuma manifestação. Silvio

então abriu espaço para contribuições no plenário. Josete de Fátima indicou um erro na linha 41 da ata, relacionado ao nome de Maurício. A correção foi feita e confirmada por Josete. Como não houve outras manifestações, Silvio colocou a ata em aprovação. Os participantes que estivessem de acordo permaneceram como estavam, e não houve objeções nem abstenções registradas no chat. Concluída a aprovação, Silvio registrou a presença de Danielle e comentou que o Ministério Público costuma acompanhar as reuniões pelo YouTube, sendo informado posteriormente. Em seguida, passou a palavra para Danielle antes de dar início ao quarto item da pauta. Danielle cumprimentou os participantes, deu boas-vindas à reunião e agradeceu pela presença de todos, destacando a importância do diálogo sobre os mecanismos de cobrança no âmbito do Comitê Piraponema. Ela também pediu desculpas em nome de Scroccaro, que não pôde participar por estar doente com influenza. Danielle desejou uma boa reunião a todos e deu as boas-vindas aos novos representantes do comitê, desejando-lhes uma atuação produtiva. Silvio agradeceu a fala de Danielle e, em seguida, **4. Análise referente ao Ofício nº 05/2025 – GOUT/IAT** deu início ao quarto item de pauta, tratando da análise do ofício nº 25/2025, encaminhado pelo setor de outorga do IAT e assinado por Thiago. O ofício solicitava esclarecimentos técnicos sobre a interpretação do artigo 9º da Deliberação nº 1/2019 do CBH Piraponema, que trata dos limites de DQO (Demanda Química de Oxigênio) para fins de outorga e controle de efluentes, especialmente em rios de classe 4. A principal dúvida dizia respeito ao entendimento se os limites de DBO (20 mg/L até 2025 e 15 mg/L até 2030) se referiam à concentração no corpo hídrico receptor após a zona de mistura ou diretamente ao efluente lançado. Também foi sugerida uma nova redação para o artigo, visando maior clareza e segurança jurídica nos processos de outorga. Thiago, gerente de outorga do Instituto Água e Terra - IAT, foi convidado a apresentar os fundamentos da solicitação para subsidiar os encaminhamentos do comitê. Thiago iniciou sua fala agradecendo a palavra e contextualizando o tema. Antes de apresentar, informou que o conteúdo do ofício havia sido encaminhado também aos comitês do Norte Pioneiro e Paraná 3, por tratarem da mesma questão relacionada à DBO após a zona de mistura. Mencionou que, no comitê do Paraná 3, a recomendação já havia sido aprovada. Ele compartilhou a tela para facilitar a discussão e explicou que, conforme o artigo nono da deliberação do comitê Piraponema, para fins de outorga de lançamento de efluentes, seria admitida a concentração máxima de DBO após a zona de mistura de 20 mg/L até 2022 e de 15 mg/L até 2030, com exceção dos trechos listados no Anexo II. No entanto, apontou a dificuldade prática de aplicação desse critério, já que a zona de

99 mistura não possuía uma definição legal clara quanto à sua extensão, o que gerava subje-
100 tividade nas análises técnicas. Diante disso, sugeriu alterar o texto da deliberação para que
101 o limite de DBO fosse considerado diretamente no ponto de lançamento, facilitando a apli-
102 cação na outorga. Propôs manter os valores de 20 mg/L até 2022 e 15 mg/L até 2030, mas
103 sem considerar a zona de mistura, tornando os critérios mais objetivos. Após sua fala, Ni-
104 colás complementou com um histórico da questão. Informou que o primeiro comitê a tratar
105 da deliberação sobre o enquadramento foi o COALIAR, que possuía muitos trechos de
106 classe 4. Na época, havia um receio quanto à ausência de limite de DBO na classe 4 se-
107 gundo a legislação federal. Para contornar isso, propôs-se estabelecer um limite inicial de
108 25 mg/L, com metas progressivas de redução – primeiro para 20 mg/L, depois para 15 mg/L
109 –, como forma de promover a melhoria contínua da qualidade da água. Destacou que essa
110 abordagem originou o artigo discutido, visando melhorias graduais nos parâmetros de DBO.
111 Durante a reunião, Nicolás, explicou que, ao elaborarem a redação, tentaram torná-la mais
112 robusta ao abordar a zona de mistura. Contudo, reconheceu que isso dificultava a análise
113 dos pedidos de outorga, como já havia sido apontado por Thiago. Afirmou que a sugestão
114 de correção apresentada pelo IAT representava de fato uma correção adequada e que me-
115 lhorava o texto, retornando à intenção original do artigo, especialmente no que diz respeito
116 à melhoria dos limites de DBO e ao enquadramento. Na sequência, Laís, engenheira am-
117 biental e especialista em qualidade da água, se apresentou, destacando sua experiência
118 em definição de zona de mistura. Concordou com a fala de Thiago e esclareceu que, em-
119 bora o conceito de zona de mistura possa parecer amplo na legislação, ele era tecnica-
120 mente bem definido: correspondia ao trecho do rio entre o ponto de lançamento do efluente
121 até o ponto em que a concentração de DBO retornava ao nível anterior ao lançamento. Laís
122 ponderou que, se alguns profissionais não sabiam definir essa zona nos processos de li-
123 cenciamento junto ao IAT, tratava-se de uma questão de capacitação técnica. Ressaltou
124 ainda que restringir outorgas poderia acabar limitando melhorias contínuas na qualidade da
125 água, especialmente diante da escassez de dados. Segundo ela, impor limites fixos de
126 concentração sem conhecer a condição inicial do corpo hídrico poderia inviabilizar a im-
127 plantação de estações de tratamento, mesmo que essas representassem uma melhoria em
128 relação à situação anterior. Finalizou dizendo que eliminar o conceito de zona de mistura
129 do processo de outorga poderia comprometer toda a análise, além de barrar empreendi-
130 mentos capazes de promover avanços ambientais. Diante da complexidade do tema em

131 discussão, Silvio consultou os membros do comitê sobre duas possibilidades: deliberar ime-
132 diatamente sobre a redação sugerida pelo IAT ou encaminhar o ofício para análise da
133 CTINS - Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão, a fim de emitir parecer técnico e
134 propor ajustes normativos, se necessário, em plenária futura. Pedro Dias manifestou-se
135 contrário ao encaminhamento à CTINS, argumentando que a discussão não era técnica,
136 mas sim política, uma vez que o marco teórico da zona de mistura já estava claro. Segundo
137 ele, o IAT encontrava dificuldades em manter a condicionante atual e propôs que a plenária
138 deliberasse diretamente, uma vez que mudanças na Câmara Técnica não ocorreriam. Pe-
139 dro reforçou que os rios estavam em condições críticas em muitos casos e que a proposta
140 do IAP buscava atender à sociedade. Diante disso, Silvio acatou a sugestão e propôs uma
141 votação: deliberar na plenária com base na redação apresentada ou postergar para nova
142 reunião. Foi decidido que quem concordasse com a votação imediata permaneceria como
143 estava, e quem preferisse mais tempo deveria se manifestar no chat. Silvio lembrou que
144 apenas membros titulares tinham direito a voto. Após aguardar manifestações, constatou-
145 se que dez pessoas solicitaram mais tempo, mas seriam necessários treze votos para que
146 isso ocorresse. Lucineide confirmou a contagem. Silvio anunciou que a redação proposta
147 foi aprovada pela plenária. Ele agradeceu as contribuições de Laís, Nicolás e Pedro. Em
148 seguida, ele deu prosseguimento ao próximo item da pauta, confirmando com os partici-
149 pantes o andamento da reunião. Durante a reunião, Silvio anunciou o próximo item da
150 pauta. **5. Aprovação da Deliberação da proposição dos mecanismos da Cobrança pelo**
151 **uso da água** ele iniciou sua fala reconhecendo o esforço coletivo que possibilitou chegar a
152 esse momento, destacando a atuação da CTINS que trabalhou intensamente por mais de
153 dois anos no processo. Silvio enfatizou que houve participação ativa dos três segmentos
154 representados no comitê — poder público, usuários e sociedade civil —, os quais analisa-
155 ram com seriedade as propostas e simulações apresentadas. Afirmou que se tratava de
156 uma deliberação estratégica para o fortalecimento da gestão hídrica da bacia. A proposta
157 apresentada para votação foi fruto de um trabalho técnico criterioso, com base no plano de
158 bacia e nas legislações vigentes — a Lei Federal nº 9.433/1997 e a Lei Estadual nº
159 12.726/1999. Silvio destacou que a cobrança pelo uso da água é um instrumento de gestão
160 que atribui valor econômico ao recurso, promove o uso racional, estabelece justiça entre os
161 usuários e financia ações de recuperação e preservação hídrica. Ele explicou que a delibe-
162 ração definiria quem seria cobrado, como os cálculos seriam feitos e como os recursos
163 seriam aplicados, sempre sob a governança do comitê. Ressaltou que se tratava de um

ATA da 2ª Reunião Extraordinária do CBH Piraponema

164 avanço concreto para a autonomia regional e alinhamento do Comitê Piraponema às me-
165 lhores práticas de gestão do país. Classificou a Deliberação nº 3/2025 como um marco
166 técnico-institucional simbólico e convocou os membros a analisarem a proposta apresen-
167 tada pela CTINS, reiterando o compromisso com uma gestão participativa e sustentável
168 dos recursos hídricos. Em seguida, solicitou que a Secretaria projetasse a apresentação,
169 que seria conduzida por Nayara e Alexandre. Lembrou que todos os membros haviam re-
170 cebido previamente a minuta e o parecer técnico. Nayara iniciou sua fala agradecendo a
171 todos os membros da câmara técnica pelo empenho no processo e fez um agradecimento
172 especial à professora Marta, que liderou os estudos técnicos desde o final de 2022. Reco-
173 nheceu sua liderança e capacidade de articulação como fundamentais para o avanço es-
174 truturado dos trabalhos. Informou que, ao longo do processo, foram realizadas 14 reuniões
175 — três em 2022, cinco em 2024 e seis em 2025 —, cada uma representando um passo
176 importante na consolidação de uma política mais justa e eficiente de gestão hídrica. Por
177 fim, Nayara comunicou realizou a leitura da minuta da deliberação, enfatizando o resultado
178 do esforço coletivo da câmara técnica, e que Alexandre ficaria responsável por explicar os
179 mecanismos previstos, abrindo posteriormente para considerações dos membros. Após a
180 apresentação, o Alexandre, como membro da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão
181 (Cetins), fez uma explanação direcionada especialmente àqueles que não participaram ati-
182 vamente do processo de discussão. Ele explicou que foram anos de debate sobre a co-
183 brança pelo uso da água, considerando normativas da Agência Nacional de Águas - ANA
184 e experiências de outros estados, incluindo um caso no Paraná em que os recursos arre-
185 cadados não foram disponibilizados, fato que também foi considerado na elaboração da
186 minuta e do parecer da CTINS. A equipe técnica buscou exemplos, participou de cursos e
187 trabalhou para adaptar o mecanismo à realidade da bacia. A principal diretriz foi a simplifi-
188 cação do cálculo, baseando-se nas informações contidas nas outorgas – tanto para capta-
189 ção quanto para lançamento de efluentes. Para a captação, consideraram-se dados como
190 vazão e horas de bombeamento. Para o lançamento, levaram-se em conta a vazão e o
191 parâmetro de DBO (Demanda Bioquímica de Oxigênio), sendo ambos multiplicados por
192 valores definidos para chegar à cobrança. Durante o processo, também analisaram os va-
193 lores de arrecadação necessários para executar todas as ações desejadas para a bacia –
194 que somavam cerca de dois bilhões de reais –, contrastando com uma previsão de arrec-
195 dação anual em torno de cinco milhões. Foram discutidas, ainda, as ações prioritárias do
196 plano de bacia que poderiam ser financiadas com os recursos. Alexandre ressaltou que a

197 minuta previa um mecanismo de segurança: caso os recursos não fossem aplicados corre-
198 tamente na bacia, seria possível revogar, discutir, bloquear ou suspender a cobrança de
199 forma democrática dentro do próprio comitê. Também foi incluído um mecanismo de incen-
200 tivo à adoção de boas práticas, como o uso de água pluvial e o reuso de efluentes, permi-
201 tindo redução nas outorgas e, conseqüentemente, no valor da cobrança. Ele enfatizou que
202 todas essas questões foram amplamente debatidas nas reuniões da Cetins, que buscou
203 construir um mecanismo robusto, transparente e passível de revisão pelo comitê, aten-
204 dendo aos anseios da sociedade e dos usuários. Ao final, Silvio agradeceu a fala de Ale-
205 xandre e reforçou que o processo contou com simulações, estudos e apoio do Instituto
206 Água e Terra (IAT), que disponibilizou os dados utilizados pela Cetins. Ele agradeceu tam-
207 bém a todos os membros da câmara técnica e citou que o trabalho teve início ainda com
208 Andreia, passou pela Professora Marta e foi finalizado com Nayara e sua equipe. Durante
209 a reunião, Silvio abriu a palavra para manifestações e Vitor iniciou sua fala destacando
210 preocupações do setor de usuários. Ele apontou que, desde 2013, o Comitê do Alto Iguaçu
211 arrecadava recursos sem aplicá-los, sugerindo que fosse incluída uma cláusula prevendo
212 a devolução, abatimento ou suspensão da cobrança caso os valores não fossem utilizados
213 em até dois anos. Vitor também criticou a definição do preço unitário, por não considerar a
214 capacidade de pagamento dos usuários, e defendeu a contratação de estudos técnicos de
215 subsídio, como feito pelo Comitê do Paranapanema. Sugeriu regras diferenciadas para pe-
216 ríodos de seca, além do cálculo da cobrança com base na vazão efetivamente utilizada.
217 Defendeu ainda dispositivos de desconto para ações ambientais executadas pelos usuários
218 e alertou os membros para a importância do que estava sendo votado. Em resposta, Silvio
219 reconheceu a pertinência das observações, principalmente sobre a ausência do agente téc-
220 nico financeiro. Informou que o Estado do Paraná já discutia esse tema desde 2020 e que
221 o processo de contratação estava em andamento, com propostas de instituições como
222 Caixa Econômica, Banco do Brasil e BRDE. Segundo ele, a contratação dependia apenas
223 de autorização da Casa Civil e da PGE. Reforçou que a aprovação da deliberação em pauta
224 não implicava em início imediato da cobrança, mas sim na estruturação técnica e jurídica
225 do processo. Josete de Fátima agradeceu a participação na CTINS, mesmo como convi-
226 dada, e reforçou a necessidade de estruturação para garantir a efetividade da aplicação
227 dos recursos e a credibilidade do comitê, especialmente diante dos desafios climáticos.
228 Citou o exemplo do Paranapanema, que contratou estudos específicos antes de implemen-
229 tar a cobrança. Destacou que os produtos do plano de bacia deveriam orientar as primeiras

230 ações. Maria Antônia elogiou o trabalho da equipe da CTINS e defendeu o avanço da pro-
231 posta. Reconheceu que ajustes poderiam ser feitos no futuro, mas reforçou que não se
232 deveria retroceder. Para ela, a proposta estava suficientemente madura para seguir adi-
233 ante. Danielle corrigiu uma informação anterior, esclarecendo que a instituição financeira
234 em questão era o BRDE, não o BNDES. Informou que o processo de contratação do agente
235 técnico-financeiro havia começado no fim de 2019, com autorização concedida apenas no
236 final do ano anterior. Relatou que já havia sido realizada reunião com o BRDE, que uma
237 minuta de contrato estava em análise pela PGE, e que havia expectativa de concluir o pro-
238 cesso antes do início da arrecadação, previsto para 1º de janeiro de 2026. Destacou tam-
239 bém que a arrecadação inicial seria modesta, em comparação com o montante necessário
240 para implementar o plano de bacia, estimado em R\$ 2 bilhões, o que reforçava a necessi-
241 dade de planejamento estratégico para definir as prioridades do comitê. Silvio complemen-
242 tou que, de acordo com simulações feitas na Cetins, levaria cerca de 170 anos para atingir
243 os valores estimados no plano de bacia de 2019. Ressaltou que esse plano estava em fase
244 de atualização contratual e que o novo instrumento previa revisão em dois anos. Explicou
245 que, após a aprovação na assembleia, o documento seria encaminhado ao Conselho Es-
246 tadual de Recursos Hídricos para deliberação. Caso não fosse aprovado, retornaria à ple-
247 nária para ajustes. Estimou que os recursos poderiam estar disponíveis apenas em 2027
248 ou 2028, caso todos os trâmites ocorressem sem atrasos. Silvio destacou que já havia se
249 manifestado na última reunião do Conselho Estadual para que uma comitiva do Fórum Pa-
250 ranaense visitasse o secretário estadual, reforçando a importância de celeridade no pro-
251 cesso. Ele enfatizou que os membros do Comitê e do Conselho estavam trabalhando de
252 forma séria para garantir o avanço da proposta. Na sequência, Nicolás, que manifestou
253 concordância com as preocupações já apresentadas, especialmente quanto à contratação
254 do agente técnico financeiro e à possibilidade de contingenciamento dos recursos pela Lei
255 de Diretrizes Orçamentárias. Nicolás mencionou que, no COALIAR, recursos haviam sido
256 contingenciados e que não havia garantias de que seriam devolvidos. Destacou a impor-
257 tância de condicionar o início da cobrança à efetiva contratação do agente técnico. Silvio
258 reconheceu a preocupação e reforçou que a legislação federal (Lei nº 9.433) e estadual (Lei
259 nº 12.726/99) já estabeleciam a vinculação legal dos recursos arrecadados à execução do
260 plano de bacia, o que diminuía o risco de desvio de finalidade. Afirmou que a aprovação do
261 mecanismo normativo da cobrança criava condições para fortalecer a atuação do Comitê.
262 Ele também mencionou a possibilidade de acionar o Ministério Público ou vias judiciais caso

ATA da 2ª Reunião Extraordinária do CBH Piraponeima

os trâmites administrativos não fossem respeitados, frisando que o Comitê não poderia ficar inativo esperando providências externas. Reforçou a importância de uma atuação proativa por parte dos membros, inclusive propondo a formação de uma comitiva para reuniões com o governo estadual. Silvio desabafou sobre as dificuldades enfrentadas por membros do Comitê, como a falta de recursos para deslocamentos ou realização de vistorias técnicas. Defendeu a cobrança como forma de dar autonomia financeira ao Comitê, permitindo a execução de estudos, projetos e ações estratégicas sem depender exclusivamente de verbas do IAT ou da Agência Nacional de Águas - ANA, cujos orçamentos também estavam comprometidos. Concluiu que, com recursos próprios, o Comitê poderia caminhar com independência e implementar efetivamente seu plano de ação. Citou como exemplo o Comitê do Paranapanema, que havia conseguido financiamento da ANA. Reforçou a importância da arrecadação para fomentar projetos locais, apoiar prefeituras, produtores rurais e aprimorar editais como os da Sanepar voltados à conservação de bacias hidrográficas. Por fim, reiterou que a plenária do Comitê seria a responsável por decidir sobre a aplicação dos recursos arrecadados, com apoio técnico e financeiro, mas com autonomia deliberativa. Pediu desculpas pelo desabafo e encerrou sua fala. Nicolás, apontou a falta de recursos e apoio técnico como entraves aos comitês, especialmente pela ausência de agentes técnicos. Silvio afirmou que o diálogo era construtivo. Danielle informou que a contratação de um agente técnico financeiro estava próxima e que isso reduziria o risco de novos contingenciamentos. Relatou que, em 2014, R\$ 9 milhões foram retirados do Fundo de Recursos Hídricos de forma inconstitucional, mas parte já havia sido devolvida. Ressaltou o uso específico do fundo e os esforços atuais para evitar novos desvios. Nicolás confirmou que o contingenciamento ocorreu apenas em 2014. Ao final, Silvio agradeceu as contribuições e Pedro sugeriu encaminhar a pauta para votação. Pedro Dias afirmou que o grupo já se encontrava maduro para a decisão em pauta e parabenizou a equipe da Cetins pelo trabalho. Ressaltou a importância de garantir que os recursos arrecadados fossem aplicados na bacia do Pirapó, especialmente para melhorar as condições das águas superficiais e subterrâneas. Elogiou ainda a gestão de Danielle e as melhorias estruturais do órgão. Silvio agradeceu a fala de Pedro e conduziu a reunião para a votação da minuta de deliberação sobre o mecanismo de cobrança pelo uso de recursos hídricos na bacia dos rios Pirapó, Paranapanema 3 e 4. Nicolás pediu esclarecimentos, reforçando que a votação não significava o início imediato da cobrança, que dependeria de trâmites adicionais, incluindo a

295 contratação de um agente técnico financeiro. Silvio confirmou que, mesmo com a aprova-
296 ção, a implementação dependeria da aprovação no Conselho Estadual e de regulamenta-
297 ções futuras, o que indicava que a cobrança só ocorreria possivelmente a partir de 2027,
298 com arrecadação prevista para 2028 ou 2029. Destacou ainda que outros comitês do Pa-
299 raná também estavam avançando com propostas semelhantes. Durante a votação, Silvio
300 registrou a posição de Nicolás, que destacou não ser contra o mecanismo em si, mas à sua
301 implementação sem a garantia de suporte técnico adequado. Ao final, Lucineide informou
302 o resultado: 25 votantes, sendo 20 a favor e 5 contra. A deliberação nº 3 do CBH Pirapo-
303 nema foi aprovada. Silvio parabenizou todos os membros pela maturidade e pelo compro-
304 metimento, ressaltando que a aprovação representava um marco para a gestão hídrica da
305 bacia. Anunciou que a deliberação seguiria para o Conselho Estadual de Recursos Hídricos
306 e agradeceu aos participantes, especialmente Nicolás, Vitor e José, pelas contribuições ao
307 debate. Silvio passou ao item **6. Assuntos Gerais** e comunicou que estavam em processo
308 de renovação das cadeiras representativas do comitê e convidou todos a divulgarem as
309 reuniões setoriais aos seus setores, parceiros e amigos. Esclareceu que a setorial do setor
310 público aconteceria no dia 29 de julho, às 9h30. A setorial dos usuários também ocorreria
311 no dia 29, às 14h, e a da sociedade civil, no dia 30, às 9h30. Destacou a importância da
312 participação para garantir as vagas e definir os titulares e suplentes. Nataly complementou
313 dizendo que, além dos convites enviados pela secretaria, os participantes poderiam repas-
314 sar o convite a outras instituições interessadas em contribuir com o comitê, ajudando na
315 recomposição das vagas. Em seguida, Silvio perguntou se havia inscritos para se manifes-
316 tar. Lucineide informou que Josete e Vitor, haviam se inscrito. Josete perguntou se poderia
317 concorrer tanto ao comitê Piraponema quanto ao Parapanema. Lucineide e Silvio expli-
318 caram que os dois comitês tinham processos setoriais distintos e que ela poderia se candi-
319 datar a ambos, representando a Sanepar, desde que respeitasse os critérios de cada co-
320 mitê. Reforçaram que a participação atual no comitê não garantia vaga na nova composição
321 — o processo das setoriais "zerava" a configuração anterior, e os setores precisariam re-
322 definir os representantes. Josete deu um breve depoimento, relatando sua longa trajetória
323 no processo dos comitês, desde antes da sua atuação na Sanepar, e mencionou ter acom-
324 panhado o desenvolvimento dos estudos e iniciativas desde o início, ainda como represen-
325 tante da SUDERHSA. Vitor, mencionou que já havia sido contemplado e apenas quis refor-
326 çar que, apesar de ter votado contra determinada proposta, apoiava o avanço representado

327 pelo plano do comitê. Na sequência, **7. Encerramento** Silvio parabenizou a todos pelo tra-
 328 balho em defesa dos recursos hídricos e reafirmou o compromisso com a área do comitê e
 329 oficializou o encerramento da **2ª Reunião Extraordinária do Comitê da Bacias Hidrográ-**
 330 **ficas dos Rios Pirapó, Paranapanema 3 e 4.** Da qual eu, Nataly Mazurkieviz Tasca foi
 331 lavrada presente ata.
 332 De acordo.

333 **Silvio Silvestre Barczsz**

334 Presidente do CBH Piraponema